



**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

023. PROVA OBJETIVA

SUPERVISOR DE ENSINO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova prático-pedagógica.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-pedagógica é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-pedagógica, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 09.

A cada governo que entra, o assunto educação deixa os holofotes provisórios da campanha eleitoral, onde costuma desfilar na linha de frente das promessas dos candidatos, e volta à triste prateleira dos problemas que se arrastam sem solução. Desta vez foi diferente: encerrada a votação, a educação prosseguiu na pauta de discussões acirradas. Infelizmente, o saldo da agitação não gira em torno de nenhuma providência capaz de pôr o ensino do Brasil nos trilhos da excelência – a real prioridade.

A questão da hora é o projeto que pretende legislar sobre o que o professor pode ou, principalmente, não pode falar em sala de aula. Com o propósito de impedir a doutrinação, por professores, em classe, o projeto ameaça alimentar o oposto do que propõe: censura, patrulhamento, atitudes retrógradas e pensamento estreito. Segundo o especialista em educação Claudio de Moura Castro, não há como definir o que é variedade de pensamento e o que é proselitismo.

Fruto do ambiente polarizado da sociedade brasileira, a discussão entrou pela porta da frente das escolas. Nesse clima de paixões exaltadas, no entanto, é preciso um esforço adicional para separar o joio do trigo. A doutrinação em sala de aula é condenável sob todos os aspectos – seja de esquerda ou de direita, religiosa ou atea, ou de qualquer outra natureza. A escola é um lugar para o debate livre das ideias, e não para o proselitismo.

Todo conhecimento é socialmente construído e, portanto, a aventura humana, por definição, nunca é neutra ou isenta de valores. A saída é discutir e chegar a um consenso sobre o que precisa ser apresentado ao aluno, e não vigiar e punir.

Doutrinar é expor ideias e opiniões com o propósito de convencer o outro. A todo bom professor cabe estimular o confronto de ideias e o livre pensar, inclusive expressando seu ponto de vista, mas não catequizar – uma linha fina que exige discernimento constante.

O mundo é diverso em múltiplos aspectos, e a escola é o lugar adequado para que essa diversidade seja discutida livremente. A melhor escola ainda é a que faz pensar – sem proselitismo.

(Fernando Molica, Luisa Bustamante e Maria Clara Vieira, Meia-volta, volver. *Veja*, 14.11.2018. Adaptado)

01. É correto afirmar que, no tratamento do tema do texto, os autores

- (A) evitam apontar os caminhos que entendem ser melhores para a educação.
- (B) expõem argumentos e opiniões próprias, afirmando o que entendem adequado.
- (C) discutem pontos de vista dissonantes, escusando-se de afirmar com qual se identificam.
- (D) valem-se de argumentos contraditórios, com o que provocam o leitor a opinar.
- (E) relatam objetivamente os descaminhos da discussão, em vez de expor conclusão clara.

02. Entre os pontos negativos do projeto mencionado no segundo parágrafo, o texto aponta

- (A) a certeza de que ele prioriza as políticas públicas apenas para um percentual insignificante da população.
- (B) o risco de ver o tema da diversidade cultural pontificar entre os temas de discussão nas escolas brasileiras.
- (C) o propósito de ele acentuar ainda mais a contraposição de ideias presente na sociedade brasileira hoje.
- (D) a possibilidade de ele incentivar mecanismos que cerceiem a liberdade de pensamento e de expressão.
- (E) a indefinição acerca do que são os reais valores da sociedade brasileira, estimulando a adesão a ideias pouco convencionais.

03. A passagem destacada no primeiro parágrafo do texto é caracterizada pelo predomínio de expressões empregadas em sentido

- (A) figurado, para exprimir a ideia de que o tema “educação” volta à obscuridade tão logo um novo governo se instala.
- (B) figurado, para exprimir a ideia de que existem projetos governamentais para a educação vistos como prioridades.
- (C) figurado, para exprimir a ideia de que promessas se justificam se tiverem visibilidade na mídia e cumprimento.
- (D) próprio, para exprimir a ideia de que os governantes se empenham em honrar os compromissos assumidos.
- (E) próprio, para exprimir a ideia de que a educação é tratada como parte de um espetáculo em campanhas eleitorais.

04. Assinale a alternativa que reescreve livremente passagem do texto, de acordo com a norma-padrão de concordância e de pontuação.

- (A) Não parece existir possibilidades de definir, se é questão de variedade de pensamento ou de proselitismo, segundo Claudio de Moura Castro – especialista em educação.
- (B) No entanto, o clima de paixões exaltadas acabam por exigir, esforços adicionais, para separar o joio do trigo.
- (C) Sabemos que cabe a todo bom professor várias tarefas, entre as quais: estimular o confronto de ideias e o livre pensar.
- (D) Houve, desta vez, algumas diferenças: tão logo se encerraram as eleições, a pauta de discussões acirradas acerca da educação se manteve.
- (E) Como todo conhecimento se constrói socialmente, por definição não se isentam de valores a aventura humana, que é neutra.

05. As palavras “acirradas” (1º parágrafo) e “retrógradas” (2º parágrafo) têm antônimos, respectivamente, em:
- (A) aguçadas e renovadoras.
 - (B) retiradas e retrospectivas.
 - (C) censuradas e incrementadas.
 - (D) flexibilizadas e tolerantes.
 - (E) abrandadas e progressistas.
06. Observe as preposições destacadas nas passagens:
- ... problemas que se arrastam **sem** solução.
Com o propósito de impedir a doutrinação, **por** professores ...
... é preciso um esforço adicional **para** separar o joio do trigo.
A escola é um lugar **para** o debate livre das ideias...
- Essas preposições expressam, nos respectivos contextos, as noções de
- (A) exceção, agente, finalidade e localização.
 - (B) exceção, relação, destinação e destinação.
 - (C) privação, agente, finalidade e destinação.
 - (D) falta, aptidão, possibilidade e proximidade.
 - (E) concessão, relação, destinação e proximidade.
07. Nas passagens – Nesse clima de paixões exaltadas, **no entanto**, é preciso um esforço adicional para separar o joio do trigo. Todo conhecimento é socialmente construído e, **portanto**, a aventura humana, por definição, nunca é neutra ou isenta de valores. – as conjunções destacadas expressam, correta e respectivamente, relações de sentido de
- (A) contraste e restrição; têm substitutos, também respectivamente, em **contudo** e **entretanto**.
 - (B) conclusão e oposição; têm substitutos, também respectivamente, em **porém** e **contanto que**.
 - (C) concessão e conclusão; têm substitutos, também respectivamente, em **embora** e **logo**.
 - (D) condição e restrição; têm substitutos, também respectivamente, em **ademais** e **pois**.
 - (E) contraste e conclusão; têm substitutos adequados, também respectivamente, em **todavia** e **assim**.
08. Assinale a alternativa que substitui os trechos destacados na passagem – **Com o propósito de impedir a doutrinação**, por professores, em classe, o projeto ameaça alimentar **o oposto do que propõe**... – de acordo com a norma-padrão de regência e emprego do sinal indicativo de crase.
- (A) Visando a opor-se à doutrinação ... algo antagônico àquilo a que se dispõe...
 - (B) Objetivando à contrariar a doutrinação ... o que se opõe ao que planeja...
 - (C) Pretendendo obstruir a doutrinação ... algo diverso àquilo a que pretende...
 - (D) Aspirando obstar à doutrinação ... o que contraria ao que projeta...
 - (E) Cogitando de resistir a doutrinação ... algo discordante daquilo à que objetiva...
09. Há, no texto, ocorrência do verbo “pôr” e dois de seus derivados – “propor” e “expor”. Tomando-os por referência, assinale a alternativa em que derivados daquele verbo estão empregados de acordo com a norma-padrão.
- (A) Eles se disporão a colaborar com a campanha, caso a gente se compõe com eles.
 - (B) Se eu lhes propunha um acordo, por certo se predisuseram a analisá-lo.
 - (C) Eu me predisposei a negociar com ele, mesmo se ele se indispuer comigo.
 - (D) Insisto para que componham uma nova música, mesmo que ele se indispuer a isso.
 - (E) Se ele a compor, será um sucesso, que o público certamente se disporá a cantar.
10. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir.
- O texto do projeto de lei, _____ conteúdo é questionado, merece ser debatido com a sociedade. Há opiniões _____ há nele tendência a vigiar os professores, com o objetivo de _____ a liberdade de expressão.
- (A) que o ... segundo elas ... cerceá-los
 - (B) cujo ... segundo as quais ... cercear-lhes
 - (C) qual ... que ... cercear a sua
 - (D) no qual ... de que ... cercear sua
 - (E) que o ... de que ... cerceá-los

Leia a tira, para responder às questões de números 11 e 12.



(André Dahmer, Malvados. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 17.11.2018)

11. O principal responsável pelo efeito de sentido na tira é
- (A) a exploração de imagens repetidas para sugerir estado de permanência.
 - (B) a incompatibilidade entre o conteúdo da imagem e o do texto verbal.
 - (C) a exploração, no texto verbal, de variações de sentido de uma mesma expressão.
 - (D) a combinação de expressões verbais que contradizem o sentido global do texto.
 - (E) a incoerência da sequência das ideias manifestas pela personagem em sua fala.
12. A crítica à internet implícita na tira está associada
- (A) à circulação, na rede, de notícias de caráter popular.
 - (B) ao teor das mensagens e conteúdos nela veiculados.
 - (C) à falta de comprovação dos dados de usuários da rede.
 - (D) à divulgação ilegal de informações dos usuários da rede.
 - (E) ao conteúdo edificante de textos apócrifos que nela circulam.

Leia o texto de Rubem Alves, para responder às questões de números 13 a 18.

A arte de educar

Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu. O educador diz: “Veja!” e, ao falar, aponta. O aluno olha na direção apontada e vê o que nunca viu. Seu mundo se expande. Ele fica mais rico interiormente... E ficando mais rico interiormente ele pode sentir mais alegria – que é a razão pela qual vivemos.

Já li muitos livros sobre Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação... Mas, por mais que me esforce, não consigo me lembrar de qualquer referência à Educação do Olhar. Ou à importância do olhar na educação, em qualquer um deles.

A primeira tarefa da Educação é ensinar a ver... É através dos olhos que as crianças tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo... Os olhos têm de ser educados para que nossa alegria aumente.

A educação se divide em duas partes: Educação das Habilidades e Educação das Sensibilidades. Sem a Educação das Sensibilidades, todas as habilidades são tolas e sem sentido. Os conhecimentos nos dão meios para viver. A sabedoria nos dá razões para viver.

Quero ensinar às crianças. Elas ainda têm olhos encantados. Seus olhos são dotados daquela qualidade que, para os gregos, era o início do pensamento: a capacidade de se assombrar diante do banal.

Para as crianças tudo é espantoso: um ovo, uma minhoca, uma concha de caramujo, o voo dos urubus, os pulos dos gafanhotos, uma pipa no céu, um pião na terra. Coisas que os eruditos não veem.

Na escola eu aprendi complicadas classificações botânicas, taxonomias, nomes latinos – mas esqueci. E nenhum professor jamais chamou a minha atenção para a beleza de uma árvore... Ou para o curioso das simetrias das folhas. Parece que naquele tempo as escolas estavam mais preocupadas em fazer com que os alunos decorassem palavras que com a realidade para a qual elas apontam.

As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos. Há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem... O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. Quando a gente abre os olhos, abrem-se as janelas do corpo e o mundo aparece refletido dentro da gente. São as crianças que, sem falar, nos ensinam as razões para viver. Elas não têm saberes a transmitir. No entanto, elas sabem o essencial da vida. Quem não muda sua maneira adulta de ver e sentir e não se torna como criança, jamais será sábio.

(Disponível em: < <https://psicologiaacessivel.net> >. Acesso em: 18.11.2018)

13. A afirmação – Há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem... – é marcada por uma incoerência, com a qual o autor
- (A) chama a atenção para a distinção entre apenas dirigir o olhar e dar sentido ao que se vê.
 - (B) aponta a necessidade de dar novos sentidos ao que há no mundo, graças ao aprendizado.
 - (C) leva o leitor a refletir sobre o que aprendeu de fato no ambiente da escola tradicional.
 - (D) sugere que há pessoas empenhadas em ver o mundo como as crianças o veem.
 - (E) atenua a ideia de que as palavras têm vínculos com nosso conhecimento do mundo.
14. Observe a pontuação do trecho destacado. É correto afirmar que, nele, os dois-pontos anunciam
- (A) uma enumeração de elementos independentes no sentido e com diferentes funções, separados por vírgulas.
 - (B) uma síntese do que foi mencionado anteriormente; as vírgulas separam elementos dessa síntese, em sequência.
 - (C) expressões que estão resumidas no pronome “tudo”; as vírgulas separam elementos que exercem a mesma função no enunciado.
 - (D) sequência de elementos, separados por vírgulas, os quais têm a função de expor contradições de sentido entre uns outros.
 - (E) informações que especificam o termo “crianças”, enunciado anteriormente; as vírgulas isolam essas informações com função enumerativa.

15. Na passagem – A primeira tarefa da Educação é ensinar a ver... É através dos olhos que as crianças tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo... –, a conjunção que estabelece relação adequada de sentido entre as duas afirmações é:
- (A) tampouco.
 - (B) portanto.
 - (C) caso.
 - (D) pois
 - (E) mas.
16. Assinale a alternativa que reescreve livremente passagem do texto, de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação dos pronomes.
- (A) E nenhum professor jamais me chamou a atenção para a beleza de uma árvore.
 - (B) As palavras teriam sentido e ajudariam-nos a ver o mundo melhor.
 - (C) E nenhum professor tinha chamado-me a atenção para a beleza de uma árvore.
 - (D) Se abrem as janelas do corpo, quando se abrem os olhos.
 - (E) Quando abrimos nossos olhos sempre abrem-se as janelas do corpo.
17. Assinale a alternativa que substitui o trecho destacado na passagem – Mas, **por mais que me esforce**, não consigo me lembrar de qualquer referência à Educação do Olhar. – expressando seu sentido.
- (A) desde que me esforce
 - (B) contanto que me esforce
 - (C) apesar de me esforçar
 - (D) exceto se me esforçar
 - (E) a menos que me esforce
18. A expressões destacadas nas passagens – a capacidade de se assombrar diante do **banal**. / Ou para o curioso das **simetrias** das folhas. – têm seu sentido preservado se substituídas, respectivamente, por:
- (A) comum e contraposições.
 - (B) singelo e comparações.
 - (C) insuspeito e dimensões.
 - (D) inédito e essências.
 - (E) trivial e harmonias.
19. Assinale a alternativa em que a concordância nominal e verbal se apresenta de acordo com a norma-padrão.
- (A) É atribuído ao professor, entre outras responsabilidades, a tarefa de mostrar a vida ao aluno.
 - (B) Solicita-se que encaminhem, anexas ao projeto, as planilhas nas quais há previsão das despesas.
 - (C) Cabe à escola ensinar os educandos a estarem alertas, observando tudo que os cercam.
 - (D) Contamos com pessoas bastante para dar conta das tarefas que nos cabem cumprir.
 - (E) É ensinado, no âmbito escolar, a importância do conhecimento pelo olhar, algo que nunca se perde.
20. Querido Martins, a portadora é Tereza Batista, _____ com amizade. _____ de arruaceira, atrevida e obstinada, de não respeitar autoridade e de se meter _____ não é chamada. Mas tendo com ela convivido longo tempo, praticamente juntos dia e noite de março _____ novembro neste ano de 72, sei de suas boas qualidades.
- (Trecho de carta de Jorge Amado, que consta na orelha da capa de seu romance *Tereza Batista cansada de guerra*.)
- As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:
- (A) receba-a... Acusam-na ... onde ... a
 - (B) receba-lhe ... Acusam ela de ... onde ... à
 - (C) receba-a ... Acusam-na ... aonde ... à
 - (D) a receba ... Acusam-lhe ... aonde ... a
 - (E) receba ela ... Lhe acusam ... onde ... à

21. Uma pessoa dispõe de 6 notas de R\$ 2,00, 5 notas de R\$ 5,00 e 8 moedas de R\$ 1,00. Essa pessoa fez uma compra no valor de R\$ 38,00 e pagou com o maior número de notas e de moedas possível. O número de notas e de moedas que restaram foi
- (A) nenhuma nota e 2 moedas.
 - (B) 1 nota e 1 moeda.
 - (C) 1 nota e 2 moedas.
 - (D) 2 notas e nenhuma moeda.
 - (E) 2 notas e uma moeda.
22. Um comerciante comprou uma caixa de laranjas e vendeu $\frac{1}{4}$ delas no período da manhã. À tarde, vendeu $\frac{3}{5}$ das laranjas que ficaram na caixa, e as últimas 18 laranjas foram vendidas no dia seguinte. O número total de laranjas da caixa era
- (A) 40.
 - (B) 60.
 - (C) 80.
 - (D) 100.
 - (E) 120.
23. Todos os alunos que participam de uma atividade cultural, serão divididos em grupos, cada um dos grupos com o mesmo número de alunos. Esses grupos poderão ter ou 3, ou 5, ou 6 alunos cada um, e, em qualquer dos casos, todos os alunos participantes ficarão corretamente distribuídos em grupos. Nessas condições, o menor número de alunos participantes dessa atividade é
- (A) 75.
 - (B) 60.
 - (C) 45.
 - (D) 30.
 - (E) 15.
24. No mês de dezembro, trabalharam em uma loja 36 funcionários, sendo alguns deles efetivos e outros temporários. Sabendo que a razão entre o número de funcionários temporários e o número de funcionários efetivos era de $\frac{2}{7}$, então o número de funcionários temporários era
- (A) 8.
 - (B) 9.
 - (C) 10.
 - (D) 11.
 - (E) 12.

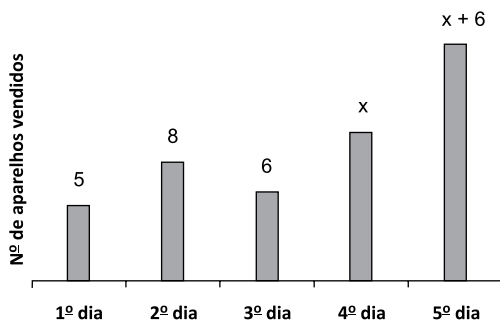
25. Uma livraria comprou 150 livros, 60% deles romances e os demais de outros gêneros. Entre os romances, 30% eram de autores brasileiros, e, entre os livros de outros gêneros, 40% eram de autores estrangeiros. Em relação ao número total de livros comprados, os livros de autores brasileiros representavam

- (A) 23%.
- (B) 34%.
- (C) 42%.
- (D) 49%.
- (E) 58%.

26. Um carro inicia uma viagem com 50 litros de combustível no tanque. Nessa viagem, o consumo desse carro é de 2 litros de combustível a cada 21 km. Após percorrer 252 km, mantendo sempre esse mesmo consumo, o número de litros de combustível que resta no tanque é

- (A) 22.
- (B) 23.
- (C) 24.
- (D) 25.
- (E) 26.

27. Uma loja fez uma promoção de determinado modelo de aparelho de telefone celular. O gráfico mostra o número de aparelhos vendidos em cada um dos 5 dias da promoção.



O valor de cada aparelho era de R\$ 700,00, e o valor total arrecadado com a venda desses aparelhos durante a promoção foi de R\$ 31.500,00. Na média, o número de aparelhos vendidos por dia, durante a promoção, foi

- (A) 9.
- (B) 10.
- (C) 11.
- (D) 12.
- (E) 13.

28. Um professor que precisa corrigir determinado número de provas concluiu que, corrigindo 30 provas por dia, levará 5 dias a mais do que levaria se corrigisse 45 provas por dia. O número total de provas que esse professor precisa corrigir é
- (A) 500.
 - (B) 450.
 - (C) 400.
 - (D) 350.
 - (E) 300.
29. Em um colégio, 32 professores, alguns do ensino fundamental I e outros do ensino fundamental II, foram convocados para uma reunião. Sabendo que nessa reunião, o número de professores do ensino fundamental II correspondia a $\frac{3}{5}$ do número de professores do ensino fundamental I, então o número de professores do ensino fundamental II convocados para essa reunião foi
- (A) 24.
 - (B) 21.
 - (C) 18.
 - (D) 15.
 - (E) 12.
30. Na compra de um ingresso individual para um show, a pessoa tem direito a uma latinha de refrigerante, e qualquer outra latinha de refrigerante ou não, vendida no show, custa R\$ 8,00. Cinco amigos foram a esse show, consumiram, no total, 15 latinhas, incluindo as do ingresso, e gastaram, entre latinhas compradas e ingressos, o valor de R\$ 480,00. O valor do ingresso individual era
- (A) R\$ 72,00.
 - (B) R\$ 75,00.
 - (C) R\$ 80,00.
 - (D) R\$ 85,00.
 - (E) R\$ 88,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Na perspectiva de Fusari (1993), construir um trabalho coletivo coerente, articulado e posicionado na Escola é tarefa desafiante, que exige empenho, persistência, paciência e crença naquilo que se quer. Fala-se em construção do trabalho coletivo porque se trata não de algo dado ou tutelado pelo Estado, mas de algo que passa, necessariamente, pela cidadania dos educadores escolares. De acordo com o autor, um dos entraves ao trabalho coletivo na escola é

- (A) a quase ausência de espaços que os professores têm para refletir, discutir e debater a própria prática, com o objetivo de aperfeiçoá-la.
- (B) o desinteresse dos professores em participar de momentos coletivos de formação continuada.
- (C) a concepção equivocada dos diretores das escolas que entendem que os professores só trabalham quando estão em sala de aula.
- (D) a resistência das Secretarias de Educação em valorizar a criação de oportunidades para os professores se aperfeiçoarem.
- (E) a forma de estruturação da carreira do magistério na educação básica que não prevê progressão salarial por desempenho coletivo dos docentes.

32. No entendimento de Nóvoa (1992), o trabalho centrado na pessoa do professor e na sua experiência é particularmente relevante nos períodos de crise e de mudança, pois uma das fontes mais importantes de “stress” é o sentimento de que não se dominam as situações e os contextos de intervenção profissional. É preciso um tempo para acomodar as inovações e as mudanças, para refazer as identidades. Entretanto, a organização das escolas parece desencorajar um conhecimento profissional partilhado dos professores, dificultando o investimento das experiências significativas nos percursos de formação e a sua formulação teórica. Para o autor, o desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos professores passa pela

- (A) mobilização da experiência numa dimensão pedagógica e não em um quadro conceitual de produção de saberes.
- (B) dissociação das dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação.
- (C) superação dos momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais como meio de produzir a profissão.
- (D) produção de saberes e de valores que deem corpo a um exercício autônomo da profissão docente.
- (E) institucionalização de dispositivos de avaliação dos professores que contribuam para a emergência de uma verdadeira cultura profissional.

33. O diretor de escola, o diretor assistente ou adjunto, o supervisor pedagógico e o orientador educacional, assim como os demais membros da equipe de gestão escolar, desempenham um papel caracterizado pela liderança e coliderança, inerentes a suas funções (Lück, *Liderança em gestão escolar*, 2010). Segundo a autora, acerca da liderança e da gestão escolar, é correto afirmar que

- (A) a gestão é a capacidade de influenciar a atuação de pessoas para a efetivação dos objetivos educacionais propostos pela escola.
- (B) a gestão se constitui em processo de mobilização e organização do talento humano para atuar coletivamente, na promoção de objetivos educacionais.
- (C) a liderança é um processo de convencimento dos liderados para realização dos objetivos vislumbrados pelos líderes.
- (D) a liderança é uma característica inata, e, por isso, algumas pessoas têm mais facilidade para exercê-la.
- (E) no campo educacional, liderança e gestão são termos sinônimos que correspondem a um processo de gestão de pessoas.

34. No tempo em que a escola, mesmo a pública, não era para todos, manter a disciplina, como problema de gestão em sala de aula, talvez não tivesse a dimensão que tem hoje. Rigor, ameaça de expulsão, castigos físicos, cumplicidade da família com as estratégias usadas pelo professor garantiam, talvez de forma mais imediata e eficaz, que os alunos se mantivessem quietos enquanto o professor expunha sua matéria. Hoje, quando a escola fundamental é obrigatória para todas as crianças, manter a classe interessada nas propostas do professor concorre com tudo o que os alunos insistem em fazer.

(Macedo, 2005)

Nesse contexto, o autor faz uma reflexão pedagógica sobre três formas de se considerar a competência: a competência do sujeito em relação

- (A) à didática, à escola e ao conhecimento.
- (B) à gestão, à técnica e à ética.
- (C) à técnica, à política e ao conhecimento.
- (D) à escola, à sociedade e à cidadania.
- (E) a si mesmo, ao objeto e em termos relacionais.

35. Poucas práticas profissionais terão pago um tributo tão alto às condições do tempo em que começaram a se desenvolver no Brasil tal como ocorreu com a supervisão escolar. Concebida como parte de um processo de dependência cultural e econômica e integrada a seguir um projeto militarista-tecnocrático de controle do povo e da nação, a supervisão escolar apenas recentemente passou a emitir sinais de que seu significado e seus propósitos tornavam-se objeto de discussão entre seus praticantes. [...] Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; para uma educação controlada, um supervisor controlador e também controlado.

(Silva Jr. In: Silva Jr. e Rangel, 2007)

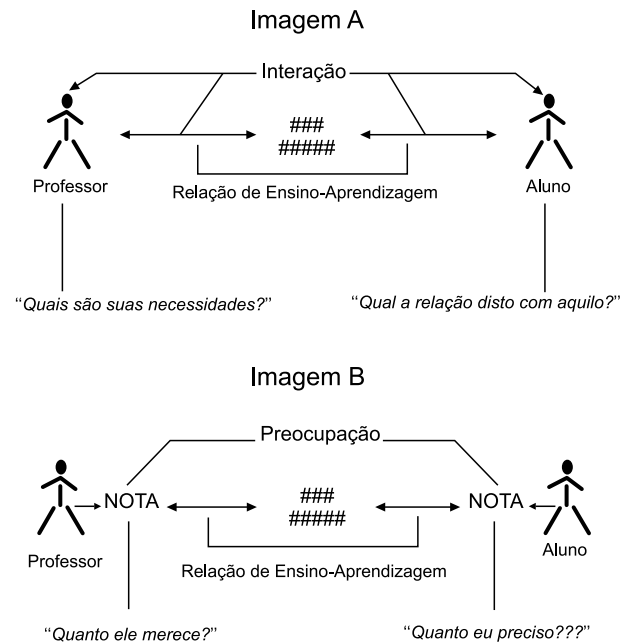
Com essas palavras, Celestino Silva Jr. faz uma revisão histórico-crítica da prática da supervisão escolar no Brasil e defende a necessidade de reelaboração do significado da ação supervisora. Para tanto, segundo ele, o supervisor terá que

- (A) aprender a transmitir de maneira cordial a mensagem dos órgãos superiores que deve ser observada pelos professores.
- (B) descobrir novos caminhos entre o seu papel de mensageiro oficial e especialista da educação.
- (C) repensar sua relação com os professores de modo a recredenciar-se em seu conceito.
- (D) demonstrar competência técnica suficiente que lhe dê credibilidade para liderar os professores.
- (E) ser um trabalhador coletivo, uma vez que a orientação geral e o controle da produção constituem prerrogativas da administração escolar.

36. Ao tratar de cultura, diversidade cultural e currículo, Moreira e Candau (2007) discutem a relação entre cultura e currículo. Para eles, se entendermos o currículo como escolhas que se fazem em vasto leque de possibilidades, ou seja, como uma seleção da cultura, podemos concebê-lo, também, como

- (A) estudo dos grandes autores, das grandes obras e das grandes ideias.
- (B) conjunto de práticas que produzem significados.
- (C) processo secular geral de desenvolvimento social.
- (D) estudo dos modos de vida e valores compartilhados por diferentes grupos.
- (E) processo harmônico de desenvolvimento da humanidade.

37. Assinale a alternativa que apresenta a relação correta entre o significado da imagem e a concepção de avaliação, segundo Vasconcellos (2008).



- (A) Na imagem A, o autor representa uma concepção de avaliação caracterizada pelo deslocamento do eixo de preocupação do professor com a aprendizagem do aluno e não com o controle do transmitido.
- (B) Na imagem B, o autor representa a preocupação do professor em ajudar no processo de construção do conhecimento e não em verificar quem cometeu erros.
- (C) Na imagem A, percebe-se que os educadores assumiram tanto o papel de controle e de fiscais que não há mais necessidade de controle do trabalho de sala de aula por parte dos inspetores do Estado.
- (D) Na imagem B, o autor representa uma mudança na relação pedagógica, uma mudança de mentalidade e uma mudança de prática, visando garantir a aprendizagem de todos.
- (E) As imagens A e B ilustram um problema de ordem epistemológica que se refere a como o professor deve ensinar.

38. Acerca da construção do conhecimento na sociedade da informação, Moran (In: Moran; Masetto; Behrens, 2000) afirma que quanto mais mergulhados na sociedade da informação, mais rápidas são as demandas por respostas instantâneas. As pessoas, principalmente as crianças e os jovens, não apreciam a demora, querem resultados imediatos. Adoram as pesquisas sincrônicas, as que acontecem em tempo real e oferecem respostas quase instantâneas. O acesso às redes eletrônicas também estimula a busca *on-line* da informação desejada. É uma situação nova no aprendizado. Todavia, a avidez por respostas rápidas, muitas vezes, leva-nos a acumular mais quantidade do que qualidade de informação que não chega a transformar-se em conhecimento efetivo.

Diante desse quadro, para Moran, uma das tarefas principais da educação é

- (A) transformar a maneira de ensinar, substituindo os conteúdos monótonos do livro didático por aulas em formato multimídia.
- (B) propiciar novas formas de aprendizagem priorizando os conhecimentos de resposta imediata e não os de longo prazo.
- (C) ajudar a desenvolver tanto o que está ligado a múltiplos estímulos sensoriais como a pesquisa mais detalhada.
- (D) Priorizar, nas avaliações, as respostas mais rápidas e instantâneas que estejam em consonância com as novas formas de aprender.
- (E) substituir as formas de aprendizagem nas quais o aluno permanece passivo, como a leitura de textos longos, por experiências sensoriais.

39. Segundo Paro (2012), a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar. Há, pois, a necessidade permanente de se exercer pressão sobre o Estado, para que ele se disponha a cumprir esse dever. É nesse contexto que ganha maior importância a participação da comunidade na escola, no sentido de

- (A) exigência de mais preparo dos alunos para o vestibular, oferecendo-lhes melhores condições de ingresso no ensino superior de qualidade.
- (B) exercício de pressão sobre os professores a fim de favorecer a continuidade dos estudos aos alunos de classes menos favorecidas.
- (C) fiscalização dos professores e diretores cujo compromisso ético e político com a educação se apresenta frágil.
- (D) substituição do polo de poder da direção da escola para as lideranças das comunidades locais.
- (E) partilha do poder por parte daqueles que se supõe serem os mais diretamente interessados na qualidade do ensino.

40. Em pesquisa desenvolvida sobre a ação supervisora, Medina (2002) afirma que os professores veem o supervisor envolvido com atividades burocráticas emergentes no dia a dia da escola e avaliam este envolvimento como mais um fator que impede o supervisor de aproximar-se do professor, acompanhando seu trabalho e discutindo a produção dos alunos. Diante disso, a pesquisa apontou para a necessidade de

- (A) ressignificar a função do supervisor, devendo deixar este as ações administrativas para investir em ações didático-pedagógicas.
- (B) tornar o calendário de fatos o eixo definidor do fazer dos supervisores no interior da escola.
- (C) concentrar a atuação dos supervisores no currículo por área de estudo, diminuindo assim seu enquadramento no modelo burocrático da escola.
- (D) o supervisor reorganizar sua atuação, redefinindo com os professores o seu fazer no interior da escola.
- (E) o diretor trabalhar a incompreensão e a falta de conhecimento dos professores acerca da função do supervisor no âmbito escolar.

41. Em sua tarefa de acompanhar e avaliar a implementação do projeto político pedagógico (PPP) das unidades escolares, a supervisora Florinda Julia sugere a leitura de Gandim (2017), já que o PPP exige planejamento. De acordo com o autor, planejar é “transformar a realidade na direção escolhida”. Gandim ainda afirma que, na fase de elaboração do plano, dentro do marco referencial, é importante seguir um roteiro com três aspectos fundamentais: os marcos

- (A) doutrinal, filosófico e ético.
- (B) filosófico, prático e estético.
- (C) situacional, doutrinal e operativo.
- (D) ético, situacional e pedagógico.
- (E) pedagógico, democrático e político.

42. Renata Cynthia é professora de educação básica. Ela desabafou com uma colega reclamando que se vê obrigada a trabalhar muito com um salário reduzido. Além disso, ela disse que não consegue ter tempo e condições para refletir sobre sua ação e acaba indo desmotivada para sala de aula. Na percepção de Ronca e Gonçalves (in: Alves, 2011), para a superação de situações como a narrada, é importante que haja na escola um supervisor competente que ajude os professores a enfrentar seus dois maiores desafios:

- (A) o desencorajamento e o negativismo.
- (B) o ativismo e o verbalismo.
- (C) os baixos salários e a indisciplina dos alunos.
- (D) o autoritarismo dos diretores e a pressão dos pais.
- (E) a má formação e o excesso de trabalho.

43. Hoffmann (2001) delimita princípios básicos – as setas do caminho – para uma avaliação mediadora. Nesse sentido, uma das tarefas do professor consiste em mediar as experiências educativas. Para a autora, mediar as experiências educativas significa
- (A) estabelecer oficialmente uma série de obstáculos aos alunos, por meio de critérios pré-definidos arbitrariamente como requisitos para a passagem à série seguinte.
 - (B) utilizar os desempenhos individuais dos alunos para compará-los uns com os outros, promovendo os “melhores” e retendo os “piores”, a fim de estimular o esforço individual.
 - (C) desenvolver uma intenção prognóstica, somativa, explicativa e de desempenho dos alunos a partir de uma intervenção pedagógica favorável à aprendizagem.
 - (D) promover uma visão dialógica, de negociação, referenciada em valores, objetivos e discussão interdisciplinar para obter a classificação, seleção e serialização dos alunos.
 - (E) acompanhar o aluno em ação-reflexão-ação e em processos simultâneos de aprender, de aprender a aprender, de aprender a conviver, de aprender a ser.
44. O supervisor de ensino Joseffo André sabe que estão entre as atribuições do seu cargo: atuação em conjunto com os profissionais do serviço de educação inclusiva; elaboração e implementação de propostas e ações que assegurem a educação inclusiva nos estabelecimentos de ensino. Para tanto, uma importante esfera de atuação é a formação continuada de professores. Segundo Mantoan (2013), “no caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos”. Ensinar, na perspectiva inclusiva, de acordo com a autora, significa
- (A) reconhecer que é preciso ultrapassar a teoria e trabalhar, na prática, com turmas heterogêneas, a partir de aulas, manuais e regras, transmitidos e conduzidos por formadores especializados na área.
 - (B) conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar desses alunos, compartilhando tais saberes com os demais educadores.
 - (C) transmitir ao professor os conhecimentos que lhe faltam para ensinar aos alunos com deficiência, ou dificuldade de aprender, como a conceituação, a etiologia e os prognósticos das deficiências e dos problemas de aprendizagem.
 - (D) ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.
 - (E) obter, o mais rápido possível, e de modo eficiente, conhecimentos que resolvam problemas pontuais a partir de regras gerais, favorecendo a todas as crianças uma educação de qualidade.
45. Neves (In: Veiga, 2011) aborda a temática da autonomia da escola pública, na perspectiva de dar um enfoque operacional ao projeto político-pedagógico (PPP). Segundo ela, a autonomia tem uma dimensão operacional ligada à identidade da escola, que pode garantir maior racionalidade interna e externa e, portanto, melhoria da qualidade dos serviços prestados. De acordo com Neves, a autonomia da escola consolida-se em três eixos articulados entre si:
- (A) o administrativo, o pedagógico e o financeiro.
 - (B) o ideológico, o filosófico e o político.
 - (C) o burocrático, o racional e o material.
 - (D) o normativo, o pedagógico e o filosófico.
 - (E) o democrático, o burocrático e o racional.
46. A supervisora de ensino Silvina, em sua função de supervisionar, orientar e atuar juntamente com os gestores escolares, está preocupada com o desenvolvimento de uma gestão democrática nas escolas em que atua. Concordando com Libâneo (In: Libâneo, Oliveira e Toschi, 2010), ela sabe que a organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos. Segundo ela, em uma das escolas em que atua, os gestores consideram como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas; veem as práticas organizativas como uma construção social baseada nas experiências subjetivas; recusam a possibilidade de conhecimento mais preciso dos modos de funcionamento de determinada organização. Essa concepção de gestão, de acordo com Libâneo, é a concepção
- (A) técnico-científica que se opõe à concepção da qualidade total.
 - (B) autogestionária que se opõe à gestão democrática.
 - (C) sociocrítica que se opõe à concepção democrático-participativa.
 - (D) interpretativa que se opõe à concepção científico-racional.
 - (E) democrático-participativa que se opõe à concepção autogestionária.

47. “Recentemente, jovem professor universitário, de opção democrática, comentava comigo o que lhe parecia ter sido um desvio seu no uso de sua autoridade. Disse, constrangido, ter se oposto a que aluno de outra classe continuasse na porta entreaberta de sua sala, a manter uma conversa gesticulada com uma das alunas. Ele tivera inclusive que parar sua fala em face do descompasso que a situação provocava”.

Com esse relato em *Pedagogia da autonomia*, Freire (2011) compreende que ensinar exige

- (A) liberdade e autoridade.
- (B) a concretização das palavras pelo exemplo.
- (C) respeito à autonomia do ser do educando.
- (D) saber escutar.
- (E) disponibilidade para o diálogo.

48. Os dados de repetência, evasão escolar e analfabetismo demonstram o quanto o sistema educacional brasileiro está pouco atento às efetivas carências educacionais do país. Há anos são feitas campanhas para a erradicação do analfabetismo, contudo as taxas continuam muito altas (Luckesi, 1999). Para o autor, a democratização da educação escolar, como meio de desenvolvimento do educando, do ponto de vista coletivo e individual, sustenta-se em três elementos básicos:

- (A) avaliação diagnóstica, democratização do ensino e projeto político-pedagógico.
- (B) avaliação mediadora, planejamento e dinâmica de assimilação ativa dos conteúdos.
- (C) planejamento, qualidade do ensino e avaliação como instrumento de diagnóstico do ensino.
- (D) projeto político-pedagógico, formação continuada de educadores e avaliação mediadora.
- (E) acesso universal ao ensino, permanência na escola e qualidade satisfatória da instrução.

49. Segundo Saviani (In: Ferreira, 2010), no início do século XIX, o Brasil independente inaugurou a questão da organização autônoma da instrução pública com a lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império. O artigo 5º dessa lei determinava que os estudos se realizassem de acordo com o método do Ensino Mútuo. No Ensino Mútuo, o professor absorveu as funções de docência e também de supervisão. No início do século XX, de acordo com o referido autor, a condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta da do diretor e do inspetor foi

- (A) a introdução de novos métodos de ensino pelos pioneiros da educação nova.
- (B) a permanência das pedagogias tradicionais que buscam fiscalizar o trabalho do professor.
- (C) a separação entre a parte administrativa e a parte técnica na divisão do trabalho escolar.
- (D) uma maior organização do curso de Pedagogia que separou as funções de ensino e administração.
- (E) o entendimento de que o diretor escolar não teria condições de administrar a escola e outras questões técnicas do sistema de ensino.

50. Na escola X, diante de um conjunto de denúncias de corrupção contra representantes políticos, a comunidade escolar decidiu debater o tema da administração pública. A discussão começou pela leitura do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No que se refere aos cargos públicos, o inciso XVI do artigo 37 prevê que

- (A) é vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (B) quando houver compatibilidade de horários, admite-se a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (C) é necessária a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) é vedada a acumulação de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horário.
- (E) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

51. Em 2007, a Lei nº 11.494 regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Acerca desse Fundo, assinale a alternativa correta.
- (A) É um fundo estadual, de natureza contábil, cujos recursos podem ser complementados pela União por meio da arrecadação da contribuição social do salário-educação.
 - (B) Até 5% dos recursos do Fundo podem ser utilizados como garantia de operações de crédito contraídas pelos Estados ou pelos Municípios para o financiamento de programas suplementares de alimentação.
 - (C) Não está incluso na base de cálculo da cesta de recursos do Fundo o montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
 - (D) Até 20% dos recursos recebidos à conta do Fundo poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
 - (E) A distribuição de recursos se dará entre o governo estadual e os seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial.
52. Acerca do financiamento da educação e dos recursos financeiros, a LDBEN/1996 (Lei nº 9.394/96) estabelece que
- (A) o atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.
 - (B) não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino construção e conservação de instalações necessárias ao ensino.
 - (C) não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino.
 - (D) serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino obras de infraestrutura que beneficiem diretamente a rede escolar.
 - (E) os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, não podendo ser dirigidos a escolas privadas, confessionais ou filantrópicas.
53. Laura é supervisora de ensino no município de Peruíbe. Ela objetiva incentivar as escolas públicas à efetiva implementação da gestão democrática. Sugeriu aos professores e diretores a leitura do documento *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública* (MEC/2004). Nele se lê que “a nossa cultura política e a concepção de poder dificultam a efetiva implantação da gestão democrática na escola pública. Os dirigentes, embora afastados, às vezes distantes da sala de aula, também educam, ou deseducam, pelas suas atitudes. Os dirigentes dos sistemas de ensino precisam nutrir sua ação nos fundamentos da efetiva gestão democrática do ensino público, para disseminar nas escolas a cultura democrática”. Para tanto, de acordo com o referido documento, é fundamental a superação da
- (A) inércia da comunidade escolar.
 - (B) resistência dos professores às mudanças.
 - (C) cultura patrimonialista.
 - (D) alienação dos estudantes.
 - (E) ideia de democracia representativa na escola.
54. Durante visita a uma escola, uma supervisora de ensino presenciou uma discussão entre dois professores acerca da Resolução CNE/CP nº 1/2004. Um deles defendia que todos somos iguais e, por isso, não vê necessidade de Educação das Relações Étnico-Raciais. Tomando como fundamento a referida Resolução, a supervisora explicou que a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo
- (A) a instrução dos alunos e professores brancos para uma sociedade mais plural, sem a existência de diferenças interindividuais.
 - (B) o desenvolvimento de conteúdos, competências, atitudes e valores de quilombolas e indígenas no interior da escola.
 - (C) o atendimento a uma exigência de organismos internacionais na luta pelo reconhecimento dos direitos das minorias.
 - (D) a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos para a pluralidade étnico-racial.
 - (E) a instituição de diretrizes que contribuam para minorar a valorização das identidades europeias e asiáticas no currículo da escola pública.

- 55.** A meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) visa assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Para efetivação dessa meta, uma das estratégias propostas é
- (A) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas unidades escolares.
 - (B) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar.
 - (C) aprovar Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica aferida pelo processo de metas de qualidade avaliadas por institutos oficiais de avaliação educacionais.
 - (D) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.
 - (E) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados.
- 56.** De acordo com o artigo 5º do Decreto nº 7.611/2011, a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Esse apoio técnico e financeiro contemplará, entre outras, as seguintes ações:
- (A) formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva; implantação de salas de recursos multifuncionais.
 - (B) superação da transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade.
 - (C) formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação; criação de condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.
 - (D) formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento; fomento ao desenvolvimento de recursos didáticos que eliminem as barreiras no processo de ensino-aprendizagem.
 - (E) garantia de serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; redução do atendimento educacional especializado nas instituições privadas e filantrópicas.
- 57.** A gestão de uma escola de educação infantil defronta-se com a exigência de considerá-la um estabelecimento de educação e cuidado em todos os seus espaços e relações. Acerca da gestão da educação infantil, de acordo com o documento *Práticas cotidianas na educação infantil – Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares* (MEC, 2009), é correto afirmar que, hoje, reconhecemos
- (A) a necessidade de um maior rigor quanto à exigência de que as famílias participem do cotidiano da escola.
 - (B) a irrelevância de definição de horários fixos na gestão da rotina das crianças e dos profissionais da escola.
 - (C) a importância de o ambiente da educação infantil ser um espaço neutro que respeite a diversidade do universo infantil.
 - (D) a implicação que certas decisões, aparentemente administrativas, promovem no desenvolvimento da autonomia das crianças.
 - (E) que gestão do currículo na educação infantil diz respeito menos aos aspectos organizacionais e mais às intenções e aos conteúdos de aprendizagens.
- 58.** Acerca do oferecimento dos cursos de EJA por meio da EAD, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 03/2010, é correto afirmar que
- (A) a idade mínima para matrícula no primeiro segmento do Ensino Fundamental em cursos de EJA, desenvolvidos por meio da EAD, é 15 anos.
 - (B) deve haver garantia de ambiente presencial escolar devidamente organizado para as práticas relativas à formação profissional, à avaliação e à gestão coletiva do trabalho.
 - (C) a idade mínima para o desenvolvimento da EJA com mediação da EAD será diferente da estabelecida para a EJA presencial: 16 anos completos para o Ensino Fundamental, a fim de privilegiar a EJA presencial.
 - (D) será estabelecido pela União processo de avaliação de EJA desenvolvida por meio da EAD, havendo também avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática.
 - (E) não cabe reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos de EJA presencial e os desenvolvidos com mediação da EAD a fim de não estimular instituições que não zelem pela qualidade de ensino.

59. De acordo com o artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade, ao respeito e à dignidade compreendem, respectivamente, os seguintes aspectos:

- (A) preservação da autonomia; participação da vida política; ser educado sem o uso de castigo físico.
- (B) preservação dos valores, ideias e crenças; participação da vida familiar e comunitária, sem discriminação; crença e culto religioso.
- (C) ser colocado a salvo de qualquer tratamento desumano; preservação da autonomia; crença e culto religioso.
- (D) preservação da identidade; ser colocado a salvo de qualquer tratamento vexatório; brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (E) opinião e expressão; inviolabilidade da integridade física; ser educado e cuidado sem o uso tratamento cruel ou degradante.

60. A Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O PDDE consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica. De acordo com a Resolução, é vedada a aplicação dos recursos do PDDE

- (A) em aquisição de material permanente.
- (B) em aquisição de material de consumo.
- (C) em gastos com pessoal.
- (D) na implementação de projeto pedagógico.
- (E) na avaliação de aprendizagem.

